

NOSSOS ANCESTRAIS MORAVAM ALI

Francisca Miller

RESUMO

A presente comunicação relata experiências com estudos em populações tradicionais no interior do Rio Grande do Norte e chama atenção para as vantagens de uma abordagem pluridisciplinar para futuros estudos etnográficos. Ao longo de nossas pesquisas com comunidades de pesca e uma de quilombolas, deparamo-nos com vestígios arqueológicos (cacos de cerâmica, conchais e uma canoa ubá, entre outros materiais). Foram registrados relatos de indivíduos pertencentes a essas populações que apontam que esses objetos remontam seus antepassados. Em Patané/Camocim, no município de Ares, observamos práticas nativas que remontam antepassados indígenas, inclusive a formação de “sambaquis” individuais associados às moradias atuais. Na população quilombola de Capoeiras no município de Macaíba, vários moradores comentaram acerca de uns cacos de “panela” encontrados nos seus roçados, que dizem ser dos Tapuias, sendo este etnônimo utilizado como pertencente dos seus ancestrais.

371

PALAVRAS-CHAVE: Populações de Pescadores, Grupo étnico Quilombola, Cerâmica.

ABSTRACT

This brief report of a study of traditional communities calls attention to the advantages of a pluri-disciplinary approach in ethnographic studies. Archeological remains of potsherds, shellmounds, a canoe of the “ubá” type and other material objects found, the local populations considered to be associated with their ancestors. In a nearby community were found archeological remains of a Tarairiu village in contact with the Dutch, corroborating colonial records. Certain practices in these communities are traceable to their indigenous forefathers, including the formation of individual shellmounds associated with the present living sites. In a negro community, several residents commented the presence of potsherds in their fields, which they claimed to be remains left by Indians, who were among their ancestors. The archeological remains can help us to better understand the forms of occupation of the region and an idea about the antiquity of the relationship of the local population with its territory.

KEYWORDS: Fishing Communities, African-Brazilian Quilombola Ethnic Group, Pottery

INTRODUÇÃO

De um modo geral, os etnólogos não têm mostrado interesse pelos problemas que interessam aos arqueólogos. Não temos certeza do por que, mas talvez a razão esteja nos conjuntos de elementos, arranjos de moradias, acampamentos e outros aspectos da cultura material, em tantos casos, apresentarem uma aparente simplicidade que a tendência entre etnógrafos, que estudam as culturas de povos de tecnologia simples, é de direcionarem atenção mais para descrições de organização social e cerimonial, mitologia, sistema de rituais e crenças, e outros aspectos menos tangíveis ou materiais da cultura (MILLER, 1981/82, p. 296). O resultado disto é que quando os arqueólogos querem realizar comparações detalhadas entre certas culturas etnográficas estudadas por etnógrafos e os artefatos escavados por arqueólogos, é quase impossível pela falta de informações detalhadas em certas áreas cruciais dos relatos etnográficos.

372

O aumento de estudos ecológicos feitos por etnógrafos têm se mostrado muito valiosos para os arqueólogos. As descrições quantitativas e detalhadas de diferentes aspectos da coleta de alimentos, utilização da paisagem, abatimento e distribuição da caça, e outros assuntos têm importância direta ou indiretamente para a arqueologia. Alguns estudos têm mostrado que há uma grande semelhança entre os acampamentos pré-históricos e os acampamentos contemporâneos em termos de conteúdo, formas de organização interna. Nesta base já é possível tentar estimar o número de pessoas que ocuparam os acampamentos pré-históricos (MILLER, 1981/82, p. 296).

Ao examinar o enfoque de estudos realizados por etnógrafos e os estudos dos arqueólogos fazendo etnografia, Gould (1972 *apud* MILLER, 1981/82) concluiu que a diferença é a preocupação destes com sítios específicos como enfoques para diferentes aspectos do comportamento humano. O etnógrafo se preocupa com a natureza e as transformações culturais totais. Já o Etnoarqueólogo se preocupa com sítios como casos particulares de comportamento padronizado. Nesta perspectiva, o etnoarqueólogo estuda os sítios ocupados e usados por pessoas em sociedades vivas, de tal modo a tornar a sua evidência etnográfica inteiramente comparável à evidência coletada em sítios escavados.

Enquanto realizávamos nossas entrevistas em Patané/Camocim, no município de Ares, em 2003, e em Capoeiras, em 2007, encontramos vestígios arqueológicos referentes a grupos indígenas que habitavam naquelas localidades. Estava dentro do mundo reconhecido pelos habitantes atuais como sendo de parte de alguns dos seus ancestrais.

O que o arqueólogo vai ver, se as coisas ficassem no local durante 500 anos, é que tem certas concentrações de plantas úteis, que pessoas plantaram nos quintais, pois as plantas

vão continuar se reproduzindo mesmo depois de nós. O importante é buscar as conexões entre o presente e o passado. Assim, ao visitar os sítios arqueológicos é interessante que o arqueólogo converse com os moradores locais, mas que saiba que tipo de pergunta deve ser feita.

Na perspectiva tanto de antropólogos quanto de historiadores, a Arqueologia existe para servir de suporte para a narrativa etnográfica ou historiográfica, preenchendo as lacunas onde não temos documentação, ou ainda servindo para ilustrar esta documentação. Aqui, os artefatos encontrados nos sítios arqueológicos são pensados como “documentos - testemunho” que servem de elo ou conexão entre nós e o nosso passado, os nossos ancestrais que produziram e usaram tais instrumentos (MILLER, 2009).

A PRESENÇA DE DADOS ARQUEOLÓGICOS NA PESQUISA ETNOGRÁFICA COM POPULAÇÕES TRADICIONAIS

No espírito de uma abordagem pluridisciplinar, a presente comunicação, mesmo breve, pretende relatar certas experiências nos estudos em populações tradicionais no interior do Rio Grande do Norte e chamar atenção para as vantagens de tais procedimentos para futuros estudos etnológicos.

373

Nós nos referimos aqui a observações de sítios arqueológicos encontrados durante nossas pesquisas etnográficas nas comunidades de pesca de Patané/Camocim, entre 2002 e 2003, no município de Ares, e durante a realização de nossa pesquisa de identidade e identificação de território na comunidade quilombola de Capoeiras, no município de Macaíba/RN, em 2006 e 2007.

Apesar dos registros históricos (LIMA, 1929; CASCUDO, 1984; MEDEIROS FILHO, 1984; MEDEIROS, 1973 e 1985) atestarem o desaparecimento dos povos indígenas enquanto etnias no Rio Grande do Norte, o seu conhecimento e saber-fazer foram incorporados e persistem na população das citadas comunidades. Ao contrário do que pensávamos antes de começar o presente estudo, a presença de alguns indivíduos que se dizem de ascendência indígena é atual e isto pode ser constatado em alguns dos depoimentos.

Frente a uma natureza desconhecida, os portugueses e a população brasileira constituída ao longo do empreendimento colonial, adotaram a fórmula ecológica de sobrevivência nos trópicos, fundada em milênios de esforços adaptativos realizados pelos indígenas que lhes ensinaram a produzir as condições materiais de existência das suas sociedades. Desses povos, incorporou-se a culinária, que tem como base milho, mandioca, feijões, amendoim, abóbora, batata-doce, entre outros, além de enriquecerem sua dieta adotando produtos

de coleta, principalmente frutas do mato, das quais se destacam caju, maracujá, araçá, mangaba, mamão, pacova, araticuns, mangaba, ainda presentes em Patané e Camocim e em muitas outras comunidades. Para obterem proteína, apoiaram-se ainda na caça e na pesca como complemento essencial da dieta (MILLER, F., 2005, p.63).

Ao longo de estudos com comunidades de pesca e num grupo étnico quilombola, foram encontrados vestígios arqueológicos (cacos de cerâmica, conchais, canoa ubá, entre outros objetos materiais) e com alguns relatos das populações locais, que sinalizam para uma mistura de tradições que remontam a seus antepassados (MILLER, F., 2005; MILLER, 2007).

Observamos situações que são características de sociedades de culturas indígenas, embora as pessoas hoje não tenham consciência de que essas práticas são indígenas.

Em Patané/Camocim, no município de Ares, encontramos indícios materiais de que ali, um dia, havia residido uma população diferente da que lá se encontra hoje. Havia uma aldeia indígena nas proximidades da lagoa Guaraíras que, teria a presença indígena já aludida por Lima (1929, p. 123-130), formada por casais das aldeias Potiguara da região do rio Jacu, como a aldeia Jacumaúma.

374

Um dos primeiros registros a respeito dos recursos da Capitania do Rio Grande do Norte e da Lagoa Guaraíras – esta, localizada na nossa área de estudo – foi feito pelo holandês Nieuhof, em seu livro “Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil”. Segundo Nieuhof (1981, p. 87):

A capitânia foi bastante desprezada pelos portugueses; entretanto produz ela, em abundância, caça e pescado tão deliciosos, que são geralmente servidos apenas com limão ou vinagre, mas sem azeite. No lago de Groairas, há uma quantidade incrível de peixes e a região produz farinha em grande escala. Daí vieram os fartos abastecimentos para as nossas guarnições da Paraíba e outras partes, durante a rebelião dos portugueses.

De acordo com Lopes (1999), os aldeamentos indígenas Potiguara de Guajiru (Tupis de língua geral da nação Paiacu, localizada na Vila Nova de Extremoz) e Guaraíras, administrados pelos padres jesuítas vindos do Colégio de Olinda/PE, foram os mais estáveis da Capitania do Rio Grande, em virtude da própria cultura Potiguar, que já admitia um sistema sedentário e agrícola anterior à colonização, e de não haver necessidade de adaptação dos índios ao ambiente, pois estes já se encontravam nas suas terras de origem. Tais missões¹ de aldeamentos foram implantadas na Capitania na década de 1680 e, desde a restauração do Senado da Câmara de Natal em 1659, recebiam a visita de Padres seculares, como o Padre Leonardo Tavares de Mello, que continuavam pregando e tentando a

catequese. Nesse período, as aldeias eram controladas pelo Administrador dos Índios do Rio Grande, que as entregou à administração missionária quando os jesuítas chegaram. Segundo Lopes (1999, pp. 40-48):

Para alcançar os objetivos pretendidos pelos missionários, as Missões deveriam ser localizadas em áreas que fossem realmente interessantes à colonização. Sabe-se que o contingente de mão-de-obra necessário ao trabalho na pecuária é muito reduzido em comparação ao do trabalho nas lavouras e, provavelmente, por este motivo não havia grande preocupação em estabelecer aldeamentos nas áreas da pecuária, mas sim nas de atividade agrária. Além disso, no sertão era necessário que se fizesse um “despovoamento” de índios para que se pudesse efetivar um “povoamento” colonial. Não é à-toa que das cinco Missões estabelecidas no Rio Grande, apenas uma, a de Apodi, fosse localizada no sertão, e mesmo assim com curta duração. As outras quatro – Guajiru, Guaraíras, Igramació e Mipibu - localizavam-se em área litorânea, caracterizada pela ocupação agrária. [...] Os índios Potiguares, que já habitavam o litoral, foram aldeados em suas próprias aldeias, Guajiru, Guaraíras, Mipibu e Igramació, enquanto que os Tarairiu sofreram o padrão de redução jesuítico, sendo transferidos do seu habitat tradicional no sertão para os aldeamentos do litoral agrário, onde seriam muito mais cobiçados e aproveitados pelos colonos.

375

Em Vila Flor, foi encontrada cerâmica de tradição Aratu, que é Tarairiu misturada com a cerâmica Tupiguarani, o que sinaliza para uma mistura de origem étnica nas reduções (índios que foram transferidos do seu habitat tradicional no sertão para os aldeamentos do litoral agrário (comunicação verbal com o arqueólogo, Paulo Tadeu Albuquerque).

Durante nossa pesquisa no município, em 2003, fomos informados de que as casas indígenas ficavam nos terrenos mais baixos, próximos às nascentes de água doce. O depoimento de um morador de ascendência indígena, que enquanto falava apontava em direção à Lagoa Guaraíras, nos lembra isso: “Aqui tudo era morada, lá em baixo, ali onde correm aquelas águas, era onde moravam os índios ali detrás. Meu avô que dizia. Ele era índio. Ele tinha até um cavalo que parecia que era cavalo dos índios. Ele ia lá para a lagoa do Aranum”.

VESTÍGIOS DE CERÂMICA

Até dez anos atrás, a comunidade de Patané/Camocim só utilizava o que eles chamam de “louça de barro” e que os arqueólogos denominam de “cerâmica Neobrasileira”. É interessante que os moradores dizem que os pedaços de cerâmica mais finos eram deles mesmos, enquanto os cacos de cerâmica mais grossos (possivelmente de urna funerária) eles dizem ser indígenas. Em Patané/Camocim, observamos cacos de “louça” (cerâmica)

que, de acordo com T. Miller, pertencem às tradições Tupiguarani e Neobrasileira (ver Figura 1).



Figura 1: Adolescente mostrando uma panela de barro (cerâmica Neobrasileira), que é utilizada para cozinhar peixe.

Francisca Miller², 2003.

376

A concentração de terras e a indústria vêm contribuindo para o desaparecimento de alguns aspectos da cultura material dessas populações. É o caso da cerâmica confeccionada pelas mulheres e da cestaria feita pelos homens na localidade, as quais vêm desaparecendo ou sendo substituídas por produtos industrializados.

Os informantes afirmam que a cerâmica fina (Neobrasileira) era feita pelas mulheres de Patané/Camocim numa época em que não havia “louça” pronta para ser comprada nas redondezas da comunidade, e que a cerâmica grossa (Tupiguarani) é indígena. Outra moradora informou que, num outro local próximo da comunidade, podem-se encontrar potes e jarras indígenas. Há informações de que algumas pessoas encontraram um cemitério indígena na Ilha do Flamengo e na praia de Malemba.

Ainda existem oleiras em Goianinha e Ares. A presente autora quando ainda criança, na década de 1970, testemunhou duas pesquisas realizadas pelo seu pai sobre cerâmica das índias Kaingang, no Posto Indígena Índia Vanuire, Tupã, SP e das índias Xókleng de Santa Catarina (MILLER, 1978, MILLER e F. MILLER, 2008); daí decidiu procurar oleiras em Ares para observar o processo de confecção da sua “louça”. Nosso interesse era de observar as técnicas de produção e morfologia da cerâmica para verificar se havia alguma

continuidade nas técnicas de fabricação da tradição indígena na cerâmica contemporânea. Estivemos na casa da oleira dona Ana Patrícia, mas infelizmente esta se recusou a fazer cerâmica, dizendo que já não enxergava e nem tinha mais paciência e que dava muito trabalho. De acordo com ela, já não havia mais onde tirar a argila necessária para tal, porque as terras haviam sido cercadas e os donos das propriedades não permitiam que alguém entrasse lá para tirar o barro. A grande concentração de terras, inclusive, tem sido um problema para as oleiras. A informante, que não havia entendido o que eu queria, disse que eu podia adquirir uma cerâmica parecida com a que ela fazia, na feira de Ares ou de São José de Mipibu.

Toda a área das comunidades de Patané/Camocim e da Ilha do Flamengo é coberta de cacos de cerâmica. Coletamos alguns exemplares da superfície como amostra no terreno de uma casa de propriedade do Sr. Antônio Sérgio para levar para o professor Tom Miller verificar. Algumas moradoras comentaram: “Acho que por aqui tem mais louça feita pelos índios. Essa aqui também, olhe”. (Dalvaneide, 38 anos, nascida em Camocim); “se tivesse um canoieiro que levasse lá pra o outro lado (Malemba), lá tinha as coisas dos índios, os potes, as jarras deles. A cerâmica dos índios é grossa assim”. (Gonçala, 66 anos, nascida nos Marcos em Tibau do Sul). “Foi lá na ilha do flamengo que foi descoberto um cemitério dos índios” (Carminha).

377

UM EXEMPLO DE EMBARCAÇÃO DO TIPO UBÁ E OUTRAS CONTINUIDADES DA TRADIÇÃO INDÍGENA

A presença da cultura indígena ainda é muito forte em Patané/Camocim. A consciência dessa continuidade ficou evidente ao longo de nossa pesquisa.

Observamos uma canoa feita do tronco de uma árvore na localidade (ver Figura 2). A chamada “canoa de Ubá” era fabricada numa época em que ainda se tinha acesso livre à Mata Atlântica na região. A melhor madeira para a fabricação de canoa era o que eles chamam de “Pau-d’arco”. Mas utilizavam também o Ipê, a Imbirindiba e a Jaqueira.



Figura 2: Observe uma das últimas canoas feitas de tronco ainda existente na comunidade.

PESCARIA DO CERCO DE CHOQUE

378

Até 1923, os moradores da comunidade faziam o que eles chamavam de “pescaria de choque” ou de “cerco de mão”, utilizando uma armadilha denominada “landuá” (consiste em uma rede cônica presa a um aro de madeira, como se fosse um puçá³, maior e sem cabo). Pela facilidade de construí-lo, este instrumento era usado em maior quantidade. Vários homens ficavam em um círculo, cada indivíduo segurando um landuá armadilha feita de taboca, que tinha a forma de um balaio sem fundo e, juntos, começavam a bater na água, se fechando em um círculo. Quando percebiam que haviam capturado o peixe, “plantavam” o landuá na lama da lagoa para que o peixe ficasse preso e, em seguida, o peixe era retirado pela boca do landuá. Essa modalidade de pescaria era denominada de “choque”, porque quando o peixe batia embaixo, o pescador sentia.

Os pescadores de Patané/Camocim utilizam ainda o Puçá (ver figura 3), para pegar peixe ou “caranguejo siri”.



Figura 3: Pescador usando Puçá para pescar “Caranguejo siri”

Observamos ainda, outros costumes de tradição indígena, dentre os quais, a disposição do lixo.

Jogar os “cascos” dos “liliu” (mariscos) atrás da casa formando o que os moradores chamam de “lixo que não sai do canto” e que os arqueólogos chamam de “sambaqui⁴” é um costume que ainda persiste, podendo ser observado nos quintais das coletoras de hoje. Observamos, inclusive, que uma das casas foi construída em cima de um dos lados do “lixo que não sai do canto” (sambaqui).

Após retirar os moluscos das conchas, os moradores costumam jogá-las atrás das casas, na parte não cercada do quintal. Assim, é comum encontrar sambaquis (FUNARI, 2001) ou, como uma informante chamou, “lixo que não sai do canto”, atrás das casas dos moradores cujas esposas fazem coleta de moluscos (ver Figuras 4 e 5).



Figura 4: “Lixo que não sai do canto” (sambaqui), no quintal de trás da casa de Aulenora.



Figura 5: “Lixo que não sai do canto” (sambaqui), no quintal de trás da casa da mãe da Bindinda.

Os sambaquis refletem um padrão de assentamento coletivo (indígena) ou individualista (colonial ou moderno). A continuidade de elementos culturais indígenas na comunidade de Patané/Camocim inclui a presença dos sambaquis, mas individualizados e não coletivos como é entre os indígenas, porque o padrão de assentamento é individualizado e não coletivo. Assim temos uma continuidade, ou seja, os sambaquis (que estão começando a ser encontrados em diversos locais no litoral norte-rio-grandense), e uma descontinuidade, que é a individualização em vez da coletivização do sambaqui, o que reflete a mudança no padrão de assentamento.

Observa-se que, em geral, os alimentos são preparados num fogão de lenha no quintal. Isto não é um costume europeu.

Em algumas casas, pode-se observar também no chão, entre uma tenda e outra, no quintal de trás da casa da coletora, um pequeno fogão temporário feito com três pedras (ver figura 6), normalmente utilizado para cozinhar “liliu”. De acordo com a informante, cozinhar o “liliu” no fogão no chão facilita para mexer e verificar se o molusco já está pronto para tirar do “casco”. A informante acende o fogo colocando uma folha amassada de papel por baixo da *caemba* tirada do cacho de coco e em seguida ela risca um fósforo e o fogo “pega rapidamente”. Depois de pronto, o “liliu” é coado em um cesto feito de um vegetal chamado “taboca”.



Figura 6: Fogo temporário no chão do quintal de Dalvaneide para ferver o “liliu”.

Este é um costume que observamos entre os índios Tupinikim de Vitória, no Espírito Santo. Eles fazem um pequeno fogo no chão para assar caranguejo.

O costume de assar o peixe num pequeno fogo no chão, sem retirar as vísceras, ainda pode ser observado durante a festa do Burraio. Várias famílias preparam os alimentos num fogão no quintal (costume Tupi). Com exceção das casas doadas pela Prefeitura, as dos pescadores-agricultores-coletores têm um fogão a lenha no quintal dos fundos para cozinhar moluscos, assar bolos e preparar beijus e tapiocas, tanto para o consumo no dia-a-dia quanto nos períodos de festas.

Durante a Semana Santa, todas as pessoas que possuem forno adequado fazem beijus. Depois de prontos, cada família sai distribuindo-os para as pessoas amigas e para os parentes que não têm. A tapioca e o beiju não são assados em qualquer forno. De acordo com uma moradora, é um forno de barro como o que os índios usavam. “...Coloca o fogo, a lenha, nas trempesinhas, coloca a forma em cima e faz o beiju ali com folha de bananeira. Amanhã de manhã a mamãe vai fazer beiju. Ela faz dois porque no forno só cabem dois. Então ela começa cedo para dar tempo”. (Carminha)

Os quintais de casa dos moradores são normalmente utilizados também para experimentação com novas culturas e para o cultivo individual de plantas medicinais, rituais e aromáticas. De acordo com Posey (1997), esse tipo de utilização do solo precede a colonização europeia e foi observado entre os Kayapó.

Ao virar nossa atenção para a cultura imaterial, pudemos observar evidências da presença da “panema”, força mágica que impede o indivíduo de realizar suas atividades relativas à pesca. A fonte de tal força encontra-se nas mulheres menstruadas e em menor grau nas mulheres grávidas. Esse fenômeno foi registrado por Galvão (1976), entre os caboclos da comunidade de Ita, na Amazônia, e por Mindlin (1983), entre os Surui de Rondônia. Clastres (1995) observa que entre os Guayaki acredita-se que tal é a potência da mulher, que ela é maléfica para os homens. Para ser caçador, isto é, homem, é preciso ter cuidado com as mulheres, mesmo quando elas não estão menstruadas.

382

TRABALHOS TRANSDISCIPLINARES NA ARQUEOLOGIA NORTE-RIO-GRANDENSE

Alguns estudiosos da Arqueologia norte-rio-grandense já trabalhavam dentro de um contexto interdisciplinar. Trata-se de Valdeci Santos Júnior (2008) e T. O. Miller (1991 e 2009), F. Miller e T. Miller (2005, 2007 e 2009). Faremos umas pequenas observações sobre estes.

Perto de Patané/Camocim, em Georgino Avelino, foram encontrados os restos arqueológicos de uma aldeia Tarariú em contato com holandeses.

Durante a primeira campanha (1982) do Curso de Especialização em Arqueologia no Sítio “Papeba”, localizado no município de Senador Georgino Avelino, num espigão de siltito (piçarra), entre as lagoas Guaraíras e Papeba, Miller (1991, p. 544) soube que a cerâmica característica do sítio é da tradição Aratu, a qual, segundo ele, tem a mesma distribuição geográfica que a das línguas do tronco Macro-Jê.

Após uma nova campanha em 1983, o professor encontrou sinais de buracos dispostos

em forma de círculo, dando forma de colmeia, e a aldeia em forma de ferradura, como no caso das casas dos Xavantes, grupo este Jê do Centro-Oeste (possivelmente originário do Médio São Francisco), o que vem confirmar a presença de grupos Macro-Jê na localidade.

O autor encontrou ainda evidências de contatos inter-étnicos com o interior, como bola de boleadeira, que, segundo ele, não tem utilidade na Mata Atlântica, e objetos de amazonita, matéria-prima que não se encontra no litoral. A bola de boleadeira pode ter sido introduzida pelos holandeses, pois estes exportavam para a Europa, a bons preços, as penas de ema, que lá se tornaram peça indispensável para ornar os chapéus dos cavaleiros. Santos Júnior (2008) ainda chama atenção para o fato de que a ema figurava no brasão usado na Província.

De acordo com Nieuhof (1981), durante a presença dos holandeses, os Tarairiú podiam voltar ao seu antigo costume de aproveitar frutos do mar na época da seca, voltando no período das chuvas para cuidar dos seus roçados no interior. Estes haviam sido impedidos de frequentar o litoral pela invasão dos Tupis (Potiguares).

De acordo com uma das linhagens que compõe Capoeiras, no município de Macaíba/RN, a origem dessa comunidade teria se dado a partir de um homem negro que havia chegado naquelas terras e se casado com uma índia “Tapuia”.

383

Durante nossa pesquisa, vários moradores da referida comunidade comentaram acerca de uns cacos de “panela” encontrados nos seus roçados, que dizem ser dos “Tapuias” (termo Tupi que significa “gente de fala enrolada”, portanto, não-Tupi) (MEDEIROS, 1973).

Um informante nos conduziu até seu roçado, situado na localidade de Mangueiros, para mostrar os vestígios arqueológicos. Lá encontramos muitos fragmentos de “panela” com desenhos pintados (tinta vermelha e preta). Enquanto estávamos olhando os cacos de cerâmica, o morador apontou para outro local dizendo que lá ainda havia a marca das cinzas dos fogos e os buracos dos pilares das casas dos índios.

O citado sítio foi encontrado pela primeira vez em 1978, pela equipe de Antropologia do Museu Câmara Cascudo, que estava sob a direção do Professor Raimundo Teixeira da Rocha, numa pesquisa referente a um grupo endogâmico, sediado nas vizinhanças. Em agosto do mesmo ano, a equipe de Arqueologia do referido Museu esteve no local e, na ocasião, coletou numerosos cacos de cerâmica e alguns artefatos líticos na superfície do solo. Um estudo foi planejado e incluído no Projeto de Levantamento Arqueológico do Rio Grande do Norte, sob a coordenação de A.F.G. Laroche.

Laroche (1982) afirma ter identificado no local cinco manchas de terra enegrecidas, prováveis testemunhos de chão de cabanas arcaicas. As manchas quase todas medem cerca de 20 metros de diâmetro e estão dispostas em torno de um caminho que atravessa a área arqueológica, disposição que, de acordo com o citado professor, parece indicar a presença de um sítio de habitação a céu aberto. A cerâmica associada a essas manchas é tupi, que Laroche denomina *Potengi*, está dentro da fase que o Prof. Nasser A. de Souza Nasser chamou de *Curimataú*.

De acordo com Laroche, a cerâmica coletada nas estratigrafias do Sítio “Mangueiros” parece ser de uma de contato inter-étnico de dois grupos diferentes, apresentando, pela sua diagnose, características das fases “Potengi” e “Papeba”. Situação essa também observada por Paulo Tadeu Albuquerque, em Vila Flor-Gramació.

Em termos do trabalho de Valdeci Santos Junior (2008), este estudioso, após trabalho de campo no interior norte-rio-grandense, quis entender a situação dos antigos habitantes da região. Pesquisou e reuniu farto material documentário tal que, em combinação com informações geográficas, hidrográficas, históricas, etnográficas e arqueológicas, nos forneceu um quadro coerente sobre o referido povo.

384

Em 2009, Miller, no resumo da arqueologia norte-rio-grandense, combinou dados arqueológicos, geológicos e geomorfológicos para esclarecer certos aspectos do contexto da Arqueologia norte-rio-grandense. O mesmo autor citou os trabalhos realizados pela equipe de José Nunes Cabral, do Museu Câmara Cascudo, sobre sítios de Tanques e outras formações pleistocênicas no interior do estado, combinando abordagens geológicas, geomorfológicas e de antropologia física.

O estudo antropológico realizado em de Capoeiras toma como base os termos, categorias, significados e práticas dos próprios agentes envolvidos na situação etnográfica pesquisada.

De grande valor os artefatos ou documentos que possam vir a ser encontrados precisam ser vistos sob olhar relativizado, conforme as condições reais de registro e de conservação das fontes. Tanto os documentos quanto os indícios arqueológicos podem nos ajudar a compreender as formas de ocupação do território e possivelmente nos dar uma ideia sobre a antiguidade da relação da população com o território.

“Capoeiras” é um sítio de ocupação quilombola multicomponencial (no passado era ocupado por índios e quilombolas e hoje é território negro) (LAROCHÉ, 1982; F. MILLER, 2007).

Após consultar os arqueólogos Tom O. Miller (UFRN), Roberto Airon Silva (UFRN) e Rossano Lopes Bastos, então Presidente da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN, sugerimos que seja realizado um trabalho de educação patrimonial com uma equipe interdisciplinar composta de educadores, antropólogos e arqueólogos em Capoeiras.

Adicionalmente, mostramos fartos indícios de uma situação de continuidade de tradição cultural entre o passado pré-histórico, a colônia e a comunidade rural contemporânea contrariando a visão predominante de uma ruptura entre o Brasil pré-histórico e o Brasil contemporâneo. Convém examinar as razões que teriam levado a isto.

A literatura nos ensina que a nossa história começa com a chegada de Cabral e outros europeus, e que nossos antepassados culturais são europeus e os africanos e indígenas incorporados na colônia. Para Miller (2009a, p. 157), isto é verdade apenas em parte, porque de acordo com os dados arqueológicos do Piauí, os primeiros dos nossos antepassados chegaram há mais de 40.000 ou 50.000 anos no Nordeste. Uma parcela bastante significativa do nosso povo, mais notadamente no interior, é descendente biológico dos brasileiros que já estavam aqui dezenas de milhares de anos antes de Cabral.

385

As sociedades de pescadores litorâneas e lagunares são um bom exemplo de grupos com forte tradição portuguesa e indígena, que desconhecem suas origens. Do tipo de vida fechada que se desenvolveu no litoral com poucos contatos com o mundo de fora, ou recebendo dele um mínimo de influência e de produtos, por não se dispor de meio aquisitivo, resultou um aproveitamento intensivo, quase exclusivo e mesmo abusivo dos recursos do meio, criando-se, por assim dizer, uma intimidade muito pronunciada entre o homem e seu habitat. Conhece o homem muito bem as propriedades das plantas ao seu redor – para remédios, para construções, para canoas, para jangadas – bem como os fenômenos naturais presos à terra e ao mar e que os norteia no sistema de vida anfíbia que levam, dividindo suas atividades entre a pesca e agricultura. Por exemplo: utilizam a técnica de coivara desenvolvida pelos povos indígenas, que é conservacionista, por não provocar mudanças irreversíveis no ambiente, cozinham e refrescam a água em potes e panelas de barro, dormem em redes, moqueiam a carne e o peixe, comem farofa, beijos e tapioca, e usam produtos agrícolas e plantas medicinais, tudo desenvolvido pelos índios. Mesmo assim, muita gente desconhece sua ascendência indígena (MUSSOLINI, 1972; MILLER, 2009). Conhecem bem os ventos, os “movimentos” das águas, os hábitos dos peixes, seu periodismo, a época e a lua adequada para pôr abaixo uma árvore ou lançar à terra uma semente ou uma muda, ou colher o que plantou (MILLER, F., 2005).

No Brasil, desde a colonização, teve início um processo de implantação da cultura europeia promovido principalmente pelas ordens religiosas e civis, em particular os jesuítas que exerceram, durante três séculos, o monopólio sobre a educação, o pensamento culto e a produção artística. Imbuídos do espírito da catequese contrarreformista, os jesuítas trouxeram uma filosofia universalista e escolástica. Promoveram a língua Tupi à condição de “língua geral”, popular, ao lado do latim e do português. Introduziram um sistema misto de exploração do trabalho indígena que, combinado com o ensino religioso, quase aniquilou, aos poucos, a cultura nativa. A catequese e a evangelização foram importantes instrumentos de colonização (COSTA, 2005, pp. 300-301).

386

De acordo com a ideologia da conquista, o Brasil seria o falso paraíso, o paraíso do satanás, as matas sendo o seu reino desordenado, em contraste com a civilização cristã já devidamente ordenada e organizada; e o “povo” indígena (não reconheceram as diferenças étnicas ou nacionais – nem individuais – entre as nações indígenas brasileiras, coletivamente agrupados como “gentio”) sendo o povo do diabo, desordenado nas suas relações com o espaço, o tempo, o trabalho e as relações sociais. A maneira de civilizar o Brasil, portanto, seria destruir as suas tradições e, assim, diversidade de etnias e as matas, que são o reino do diabo (MILLER, 2009). Cria-se, portanto, a falsa imagem da solução de continuidade entre a população indígena e a população nacional, derivada da colônia.

A visão histórica tem demonstrado que nesses quatro séculos e meio, poucos são os grupos tribais que escaparam ao impacto destruidor da dominação colonial. Os grupos do litoral foram os primeiros a sofrer as consequências da presença do não índio e acabaram sendo subjugados ou dizimados. Posteriormente, vastas regiões do interior despertaram o interesse do colonizador. Sua ocupação foi efetivada através da penetração pelos sertões, regiões propícias à criação de gado, indispensável à manutenção da população (MARCONI, 1987, p. 232).

No interior do Nordeste, a expansão pastoril alcançou a população indígena local, que reagiu violentamente à presença do criador não índio. Muitos foram trucidados e os sobreviventes transformados em escravos. Outros, mais conformistas, conseguiram sobreviver, embora dominados pelos criadores e colonos e recebendo alguma proteção dos missionários (*Ibidem*, p. 233).

Assim, os índios foram invadidos e trucidados pelos europeus, e o heroísmo da resistência indígena, especialmente no Nordeste, tanto assustou os portugueses que estes acharam que a sua própria sobrevivência (e a da colônia) só estaria segura com a destruição total e permanente das nações indígenas e as suas tradições – mesmo o sistema colonial precisando da mão-de-obra escrava dos indivíduos de origem indígena (MILLER, 2009).

O ódio contra os índios e o terrorismo foi tanto que muitas famílias tiveram que esconder as suas origens indígenas aos seus filhos, passando por não índios, para poupar-lhes semelhante perseguição. É por isso que nosso povo perdeu grande parte da sua memória histórica e cultural. Muitas famílias foram destroçadas, as mulheres sendo tomadas como amásias pelos conquistadores e os homens juntados aos escravos e escravas de origem africana, justamente para impor à terra uma descontinuidade na tradição cultural indígena. De acordo com Olavo Medeiros Filho (1984), tais práticas foram registradas em documentos da colônia, estudados pelo citado autor.

Apesar da brevidade da nossa comunicação, acreditamos ter mostrado algumas das direções, das quais os estudos da Etnografia e da Arqueologia no Rio Grande do Norte podem vir a se beneficiar mutuamente pelos trabalhos interdisciplinares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Paulo Tadeu de Souza e SPENCER, Walner Barros. *O Homem das dunas: reflexões sobre um projeto arqueológico*. Natal: mss., 1994.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

COSTA, Maria Cristina Castilho. *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*. 3ª Ed. Ver. Ampl. São Paulo: Moderna, 2005.

CLASTRES, Pierre. *Crônicas dos índios Guayaki: o que sabem os Ache, caçadores nômades do Paraguai*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. (Coleção TRANS).

GALVÃO, Eduardo. *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Ita, Baixo Amazonas*. 2. ed. São Paulo, Ed. Nacional: Brasília, INL, 1976.

LAROCHE, Armand F. G. *O Sítio arqueológico de Mangueiros, Macaiba, RN*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana, 1982.

388

LIMA, Nestor. *Municípios do Rio Grande do Norte: Areia Branca, Ares, Açú e Augusto Severo, (1929)*. 1990, p. 123-130. (Coleção Mossoroense, Série C, v. DXCV).

LOPES, Fátima Martins. *Missões religiosas: índios, colonos e missionários na colonização da Capitânia do Rio Grande do Norte*. (Dissertação de Mestrado em História) UFPE. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, PE, 1999. Pp. 135-136.

MARCONI, Marina de Andrade. *Antropologia: uma introdução*. 2ed. São Paulo: Atlas, 1987.

MEDEIROS, Tarcisio. *Proto-história do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Presença Edições; Natal: Fundação José Augusto, 1985. Pp. 82.

_____. *Aspectos geopolíticos e antropológicos da história do Rio Grande do Norte*. Natal: Imprensa Universitária, 1973.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Índios do Açú e Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984.

MELLO, Octaviano. *Dicionário Tupi-Português Português-Tupi*. São Paulo: Folco Masucci, 1967.

MINDLIN, Betty. *Nós Paiter: os Suruí de Rondônia*. Petrópolis: Vozes, 1983.

MILLER, Francisca de Souza. *Pescadores e Coletoras de Patané/Camocim*. (Tese de doutorado) Pós-graduação em Ciências Sociais. PUC-SP, 2005.

_____. Arqueologia e Etnografia. In: *VII Semana de Humanidades*, GT6. Natal: UFRN, 2009b. Disponível em: <www.cchla.ufrn.br/humanidades2009/Anais.html>.

_____. *Relatório Antropológico de Identificação e Delimitação do Território da Comunidade quilombola de Capoeiras/município de Macaíba/RN*. Natal, junho de 2007.

MILLER, Tom O. Etnoarqueologia: Implicações para o Brasil. *Arquivos do Museu de História Natural/Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte MG. V. VI – VII, 1981 -1982.

_____. Do presente ao passado. In: *Reunião de antropólogos do Norte e Nordeste 2.*, 1991, Recife. *Anais...* Recife: UFPE; Brasília: CNPq; Rio de Janeiro: FINEP/ABA, 1991. Pp. 543-544.

_____. O Papel da Arqueologia na Educação Patrimonial. In: SARTI, Antonio Carlos; MUNDET i CERDAN , Lluís (Orgs.). *Turismo e arqueologia: múltiplos olhares*. Piracicaba, SP: Equilíbrio, 2009a. Pp.151-163.

_____. Arqueologia no Rio Grande do Norte: Balanço e Perspectivas. In, *XVII Semana de Humanidades*, GT 06. Natal, UFRN, 2009b. Disponível em: <www.cchla.ufrn.br/humanidades2009/Anais/anais.html>.

_____. Tecnologia Cerâmica dos Caingáng Paulistas” in, *Arquivos do Museu Paranaense, n.s., Etnologia* nº 2. Curitiba. 1978.

MILLER, Tom O., e Francisca MILLER --- Etnoarqueologia no Brasil: Tecnologia lítica Xêta e cerâmica Xókleng (Gravação de Vídeo). Natal: Oficina de Tecnologia Educacional da UFRN/EDUFRN. 2008.

MUSSOLINI, G. Aspectos da cultura e da vida social no litoral brasileiro. In: SCHADEN, Egon (Ed.) *Homem, cultura e sociedade no Brasil*. Seleções da Revista de Antropologia. Petrópolis: Vozes, 1972.

NIEUHOF, Joan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

POSEY, Darrell. Introdução – Etnobiologia: teoria e prática. *In*: RIBEIRO, Berta G. *et al.* (Coord.). *Suma Etnológica Brasileira*. Edição atualizada do Handbook of South American Indians 3. ed. Belém: Editora Universitária da UFPA, 1997. V. 1.

SANTOS JÚNIOR, Valdeci. *Os Índios tapuias do Rio Grande do Norte: antepassados esquecidos*. 1º. ed. Mossoró-RN: Fundação Vingt-Un Rosado, Coleção Mossoroense. V. 500, p. 213. 2008.

1 Tarcisio Medeiros (1973 e 1985) cita documentos que falam na presença de animais de tiro (cavalos) nas missões.

2 Todas as fotografias utilizadas no trabalho são da autora de Francisca Miller.

3 Pequena tarrafa armada na extremidade de duas varas longas e flexíveis ou numa argola de cipó.

4 De acordo com Funari, sambaqui é uma palavra tupi que significa monte de mariscos. Eles são encontrados no litoral e nas margens dos rios e serviam de alimentos aos antigos habitantes que comiam os mariscos e jogavam fora as conchas. Beltrão e Kneip propõem que o nome sambaqui “para os depósitos conchíferos acumulados por grupos tribais que dependiam essencialmente da coleta de moluscos para sua alimentação, ocupando-se paralelamente da pesca” (*apud* ALBUQUERQUE e SPENCER, 1994).